

JUSTICIA, VIOLENCIA, LEGALIDADES Y PODER: MIRADAS LATINOAMERICANAS MULTIDISCIPLINARIAS

Editorial

Rebecca Igreja
Doutora em Antropologia
Universidade de Brasília,
Brasil

A revista “Abya Yala” prossegue nas reflexões sobre o acesso à justiça e direitos nas Américas, mantendo e aprofundando a proposta de constituir-se como um espaço latino-americano para o debate sobre opressões, dominações, perspectivas e alternativas aos históricos dilemas do continente.

Nesta edição, o periódico visa estimular e difundir, no campo das ciências humanas e sociais, estudos a partir das diferentes interfaces latino-americanas. Mais especificamente, lança-se um olhar sobre os múltiplos contextos da violência

em nosso continente, trazendo para o debate temas como a juventude, as mulheres e os povos indígenas. São abordagens que nos convidam a visitar as ciências sociais para uma crítica atenta aos limites do direito, das políticas públicas, da atuação estatal e, sobretudo, da transformação crítica de nossas realidades.

O debate é enriquecido pelo dossiê que apresenta a Dra. Guadalupe Irene Juárez Ortiz, do México. Irene inicia sua proposta para esse número prestando uma homenagem a professora Elena Azaola Garrido. É importante recordar que, além de



This work is licensed under an Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

contar com muito prestígio em seu país, a Profa Azaola é reconhecida internacionalmente pelo rigor metodológico de seus inúmeros estudos e pela sensibilidade humana com que vem tratando temas, como as instituições e questões de justiça para mulheres e jovens, nos marcos da Antropologia e dos Direitos Humanos.

A homenagem é completada pela apresentação de um belo artigo da prof.

Azaola. Adentrando o debate sobre contextos latino-americanos de violência, a professora sintetiza um estudo inédito e mais amplo sobre as condições de vulnerabilidade da população adolescente em conflito com a lei no México. Intitulado “Factores que contribuyen a la participación de adolescentes en delitos violentos en México”, o trabalho debate a situação de adolescentes privados de liberdade por delitos graves, perscrutando a violência que permeia as vidas e narrativas dos adolescentes, bem como as respostas estatais aos delitos.

O dossiê segue depois com a apresentação de vários artigos. Em primeiro, “Notas metodológicas sobre el trabajo de campo etnográfico en contextos de violencia”, de autoria de Adriana Terven Salinas e Karla Rivera Téllez, nos apresenta uma revisão e reflexão sobre a violência

como pano de fundo a ser considerado pelo pesquisador que desenvolve um trabalho etnográfico em meio a comunidades marcadas pelo medo, pela insegurança e pela desconfiança. Além de trazer elementos sobre a violência no México, as autores refletem sobre os meios e desafios de realização do trabalho de campo antropológico em zonas de conflito, por sinal, cada vez mais comuns nos estudos da realidade latino-americana.

Ainda no âmbito do conflito e da violência, a figura da vítima não poderia deixar de ser abordada. Erick Alfonso Galán Castro traz ao debate os processos de vitimização e das relações das vítimas entre si, partindo do marco teórico-metodológico do ponto de vista do autor. Além de um olhar sobre as vítimas no contexto das ciências sociais, o autor busca uma classificação sistemática dos pontos de vista das vítimas em grupos, para entender as formas de vitimização nos conflitos de Veracruz, no México.

Em interface com os estudos sobre necropolítica, mas trazendo a experiência para a realidade do Brasil, Flavia Medeiros expõe uma etnografia sobre técnicas e moralidades na investigação de “homicídios” na região metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. A ênfase do trabalho, intitulado “A necropolítica da “guerra”: tecnologias de governo, “homicídios” e

“tráfico de drogas” na região metropolitana do Rio de Janeiro”, é na gestão e gerência de mortos, vítimas daquilo que se cognominou “mortes matadas”, no âmbito de uma divisão de homicídios da polícia civil na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Na linha de um olhar crítico sobre a atuação estatal e acesso à justiça, o artigo de Irene Juarez Ortiz e Héctor Ortiz Elizondo lançam luz aos paralelismos históricos e jurídicos existentes na relação entre o estado, adolescentes e indígenas no México. No trabalho cujo título é “La perspectiva sociocultural de juventud y la de adecuación cultural como herramientas para el acceso efectivo a la justicia de las personas adolescentes e indígenas en el sistema penal”, os autores abordam o sistema judicial e o aparato administrativo em constante tensão com a construção jurídica de “sujeto de derecho y debido proceso”.

Dando ênfase ao movimento de “continuum das violências”, Luis Fernando García Álvarez aborda as dimensões sociais e os elementos que orientam a prática etnográfica em contextos de violência e rivalidade. Os processos violentos entre ações de organizações criminosas e ações estatais são tratados no artigo “El continuum de las violencias en un contexto del noreste de México. Notas desde una experiencia de investigación social

contemporánea”. Destaca-se o especial olhar sobre a conjuntura nacional mexicana, com a declaração de “guerra contra o tráfico”, marcadamente após 2006.

Na sequência, María Florencia Graziano, no trabalho “Biografía de un problema de investigación. Recorridos y hallazgos en la justicia de menores”, apresenta a construção de seu problema de pesquisa, dialogando sobre os diferentes achados etnográficos e analíticos, na pesquisa que resultou em sua tese de doutorado. O foco de sua análise são as formas de exercício da administração judicial em relação a jovens de Buenos Aires, Argentina. A análise etnográfica se desenvolve a partir de informações obtidas em uma secretaria tutelar de juizado de menores, nas quais atuam as chamadas “delegadas inspectoras” (principalmente mulheres, por isso a autora opta por usar o plural feminino), suas principais interlocutoras durante o trabalho de campo.

Atento à violência presente fortemente desde os processos de invisibilização, May-ek Querales Mendoza, no artigo “La corte negará la solicitud presentada’: peticiones mexicanas de asilo político en Estados Unidos y su interpetación cultural en la Corte migratoria en el contexto de la guerra contra el narcotráfico”, debate o caráter ideológico e moral que permeia a Lei de Asilo nos

Estados Unidos. Baseando-se no crime de “desaparición forzada”, a autora reflete sobre a cultura dos representantes estatais atinentes ao Sistema de Refúgio e seus entraves para uma adequada interpretação sobre a guerra contra o narcotráfico.

Após o dossiê, na sessão de artigos, composta por 03 (três) trabalhos, contamos com colaborações de professores e pesquisadores oriundos de diversos países e instituições latino-americanas. As relações entre criminalidade e violência são complexas. Nessa linha, Jacques de Novion e Miquelly Barbosa da Silva abordam o combate ao tráfico de drogas, tratando o tema não apenas como um problema atinente à criminalidade em si, mas como um cenário historicamente mais amplo que permite descortinar a violência estatal contra diversas categorias sociais, dentre elas, as mulheres. Por esse viés, no artigo “Uma abordagem histórica sobre Drogas, Mulheres e América Latina”, os autores apresentam um breve panorama histórico sobre a relação da mulher com a droga e com a traficância na América Latina, enfatizando a evolução do combate do tráfico de drogas, debatendo a política proibicionista e as rupturas e continuidades dos lugares sociais da mulher dentro dessa atuação Estatal.

A multiplicidade da violência alcança também o debate jurídico e

sociológico sobre a terra e seus regimes de acesso. O artigo “Posse, propriedade e territorialidades rivais: entre os conceitos jurídicos e os saberes locais”, de autoria de André Viana da Cruz, aborda a ocupação da terra entre sesmarias, posses e o discurso proprietário, bem como o percurso histórico-jurídico da privatização da terra e a cristalização no Código Civil de 1916 do direito de propriedade moderna, apresentando a equivocada valoração jurídica do uso comum. O autor busca demonstrar que o direito de propriedade se distancia do real e é hostil ao acolhimento das experiências sociais alternativas.

A seção é finalizada com a perspectiva de lutas sociais e grupos historicamente fragilizados, trazida por Magdalena Gómez, no trabalho “El derecho indígena subordinado y la consulta contra los pueblos: un caso mexicano”. O artigo debate a relação desigual entre o direito indígena vigente no México, especialmente em face das reformas neoliberais, que aprofundam as disputas sobre potenciais energéticos e terras de territórios indígenas. Analisando a janela de oportunidade, oriunda de tratados internacionais, a autora debate as incorporações problemáticas ao direito interno, se atendo à consulta à cidade Zapotec de Juchitán, Oaxaca, México.

Além da seção de artigos, a edição conta com uma entrevista realizada pela organizadora do dossiê, Dra. Guadalupe Irene Juárez Ortiz, na Cidade do México, em 10 de dezembro de 2017, na qual o Prof. Dr. Héctor Fix-Fierro responde a diversas perguntas, partindo inicialmente da história da sociologia jurídica como área de investigação.

Por fim, e mais uma vez, agradecemos ao apoio das instituições parceiras, especialmente, o Departamento de Estudos Latino- Americanos da Universidade de Brasília (ELA/UnB) e o Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS/México).

Esperamos, com mais essa edição de Abya Yala, contribuir para a consolidação dos espaços de diálogo e difusão de conhecimentos desde e sobre a América Latina.

Boa leitura!

Conselho editorial